

4. DO “SACERDOTE DO ENSINO” AO PROFESSOR ADOECIDO: BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS

Alberto Damasceno/UFPA
Suellem Pantoja/UEMASUL
Marcus Ribeiro/UFPA¹

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o adoecimento físico e mental dos professores tem se configurado como um problema social e educacional de grande relevância, evidenciado pelo crescimento expressivo dos afastamentos por questões de saúde e pela intensificação das condições precárias de trabalho docente. Embora frequentemente tratado como um fenômeno contemporâneo, associado às reformas educacionais recentes, à intensificação do trabalho e às políticas de responsabilização, esse processo não pode ser compreendido de forma adequada se dissociada de sua historicidade.

A partir dessa chave de entendimento, pretendemos demonstrar, a partir de estudos no campo da História da Educação, que a docência vem sendo atravessada, desde sua institucionalização, por mecanismos de controle, normatização e disciplinarização do trabalho, que moldaram a identidade profissional do professor e naturalizaram

¹ Suellem Pantoja e Marcus Ribeiro não integraram a mesa debatedora, mas contribuíram como coautores da apresentação e do texto.

exigências de sacrifício, abnegação e dedicação moral à profissão.

Nesse sentido, ao mobilizar fontes normativas, relatórios administrativos e produções historiográficas acerca do período imperial e republicano paraense, este capítulo se dedica a analisar a construção histórica da imagem do professor como “sacerdote do ensino” naquele estado e suas permanências no tempo, articulando-as às atuais formas de precarização e adoecimento docente.

Ao estabelecer essa relação entre passado e presente, buscamos evidenciar como práticas históricas de vigilância, avaliação moral e responsabilização individual continuam a incidir sobre o trabalho docente, contribuindo para a reprodução de condições que fragilizam a saúde e a dignidade profissional dos professores.

De acordo com os dados divulgados pelo *SmartLab*² iniciativa interinstitucional com a qual colaboram órgãos como o MPT³, a OIT⁴, o SUS⁵, o IBGE⁶ e diversos outros ministérios, os afastamentos concedidos pelo INSS⁷ relacionados à saúde mental mais do que dobraram no período de 2022 (200.588 afastamentos) a 2024 (471.649 afastamentos). No último relatório da Confederação Sindical Internacional sobre direitos trabalhistas (Índice Global de Direitos de 2025⁸), o Brasil foi classificado como um país que “viola sistematicamente” esses direitos.

² <https://smartlabbr.org/trabalhodecente>

³ Ministério Público do Trabalho

⁴ Organização Internacional do Trabalho

⁵ Sistema Único de Saúde

⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

⁷ Instituto Nacional do Seguro Social

⁸ <https://www.ituc-csi.org/global-rights-index>

A literatura especializada⁹ sustenta que os professores formam o grupo ocupacional mais exposto ao estresse, devido às demandas de trabalho e a outros fatores. Esse estresse, somado a fatores psicossociais, que são aqueles relacionados às interações entre o ambiente, as condições, a organização, a gestão e o conteúdo do trabalho, bem como às características individuais dos trabalhadores, além da insatisfação com o trabalho, é um dos fatores mais comuns entre os geradores de adoecimento físico e mental dos docentes.

Ao discutir a avaliação docente Saviani (2009) critica a forma como a produtividade docente é mensurada sem levar em consideração a realidade objetiva das instituições onde os mesmos estão inseridos. Para ele,

[...] a tão propalada exigência de avaliação do trabalho docente, de modo geral, não leva em conta essas condições organizacionais que dificultam a melhoria da qualidade, dificultando também uma participação efetiva tanto de alunos como de professores no processo pedagógico e no próprio processo de avaliação preconizado (Saviani, 2013, p. 106).

Nesta medida, a análise do adoecimento docente não poder ser dissociada da crítica às estruturas organizacionais e as reais condições de trabalho aos quais os professores são submetidos, uma vez que a cobrança por resultados, quando desvinculada das condições reais de trabalho, torna-se mais um elemento de desgaste e alienação para o professor.

Ao discutir a qualidade da educação em termos das perspectivas e dos desafios atuais Dourado; Oliveira

⁹ Cortez, Souza, Amaral e Silva (2017) e Araújo, Pinho e Masson (2019) e Gasparini, Barreto e Assunção (2005).

relacionam algumas dimensões intraescolares em quatro planos, destacando os elementos que devem compor cada uma delas. No plano dos professores, entre outros aspectos, destacam:

[...] dedicação a uma só escola; formas de ingresso e condições de trabalho adequadas; (...) plano de carreira, incentivos, benefícios; definição da relação alunos/docente adequada ao nível, ciclo ou etapa de escolarização; (...) ambiente profícuo ao estabelecimento de relações interpessoais que valorizem atitudes e práticas educativas, contribuindo para a motivação e solidariedade no trabalho; atenção/atendimento aos alunos no ambiente escolar. (Dourado; Oliveira, 2009, p. 210).

Entretanto, as condições propugnadas pelos autores está longe de se realizar. Os dados de um estudo realizado pela UFMG¹⁰ demonstram que o impacto negativo da insatisfação com o trabalho sobre a saúde física e mental revelou-se mais evidente entre mulheres na faixa etária de 40 a 59 anos e entre profissionais com tempo de carreira igual ou superior a 11 anos.

Integrantes desses grupos relataram não ter tempo para a vida pessoal e demonstraram insatisfação geral com o trabalho, com o salário e com as recompensas recebidas. No caso das mulheres, isso está diretamente relacionado à necessidade de equilibrar diversos papéis na vida, o que contribui significativamente para o cansaço físico e mental.

¹⁰ <https://www.ufmg.br/saudemental/noticia/fatores-psiocossociais-e-insatisfacao-com-o-trabalho-provocam-adoecimento-de-professores/>.

PERCORRER A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E COMPREENDER A TRAJETÓRIA DO EDUCADOR

Como mencionado anteriormente, longe de se constituírem fenômenos novos, essas problemáticas apresentam raízes históricas profundas. Saviani expressa essa ideia ao defender que percorrendo a História da Educação

[...] vamos constatar que a trajetória do educador tem sido marcada, desde as origens, pela desvalorização social de sua profissão acompanhada, ao mesmo tempo, pela exigência, por parte da sociedade, de que ele exerça a sua atividade com extrema dedicação. Em suma, poderíamos dizer que a vida do professor sintetiza os dois sentidos contraditórios encerrados na palavra paixão (...)envolvimento afetivo, amor profundo, entusiasmo muito vivo, dedicação extremada a uma causa, compromisso radical carregado de afetividade ... e também padecimento, sofrimento. Ora, ser professor hoje em dia envolve esses dois significados e, parece mesmo, que a própria política governamental manifesta esse entendimento ao cobrar dos professores extrema dedicação e responsabilizando-os pelo fracasso escolar e, ao mesmo tempo, submetendo-os a condições precárias de trabalho com salários aviltantes. (Saviani, 2001, np).

Um exemplo disso é o fato de que, ainda no período imperial, algumas delas eram identificadas nos debates referentes à profissão docente no estado do Pará. Pantoja e Damasceno (2020) destacam que o presidente da província, Soares D'Andrea, em 1838, chamava a atenção para o

problema da formação de professores, criticando o entendimento geral de que, ao se pagar muitos

mestres por conta do governo, se tem dado todas as providencias que podem dar para a instrucção Publica; mas não vejo sempre grande escrupulo na escolha dos Professores, e fico sem entender o que se espera que ensine hum Mestre que nada sabe”. (Pará, 1838, p. 34).

Nas décadas seguintes, essa preocupação com a qualidade e o perfil do professor foi se traduzindo em dispositivos mais sistemáticos de controle da carreira docente. Segundo Ribeiro (2026), ao Conselho Superior de Instrução Pública competia:

§ 5º. Organizar todos os annos para ser enviado a presidente da província a lista dos professores, conforme a sua antiguidade e a classe a quem pertencerem, indicando quaes os que por seo zelo, intelligencia e dedicação ao ensino, mereção subir da classe inferior para o superior.

§ 6º. Dar parecer sobre o requerimento dos professores que, contando mais de 15 anos de exercício effetivo, se julgarem com direito a gratificação do que trata o artigo 42.

§ 7º. Julgar as infracções disciplinares a que estejam impostos as penas mencionadas no art. 54. (Pará, 1864, art. 7º apud Ribeiro; Damasceno; Almeida, 2026, p. 55)

Ao articular as questões referentes à classificação, às gratificações e a determinadas sanções disciplinares, o disposto nos permite compreender a dinâmica de controle

sobre o comportamento e a atuação docente no período. É nessa mesma direção que os estudos de Dourado (2022) apontam, ao constatar que uma dimensão fundamental da gestão da instrução pública daquele período era

a tentativa – explícita – de imposição de um padrão de comportamento aos professores por meio de dispositivos regulamentares que atuavam neste sentido. Daí a intensa prática de controle e fiscalização sobre a profissão docente em diversos aspectos acerca de sua atuação, chegando a interferir, inclusive, no comportamento dos alunos, além de outros aspectos referentes ao ordenamento do sistema (Dourado, 2022, p. 27).

Seguindo as determinações do Regulamento Geral de Ensino, o então diretor da instrução pública, José Veríssimo, publicou, em julho de 1890, um regulamento que organizava os programas de ensino, os horários e as instruções para o funcionamento das escolas públicas primárias do estado. Segundo Dourado (2022), o texto detalhava desde a carga horária até o comportamento esperado dos professores, incluindo a forma adequada de interagir com os alunos.

Como forma de tentar assegurar a conduta dos professores como exemplo para a sociedade, o primeiro regulamento da instrução, publicado ainda durante o governo provisório de Justo Chermont, estabelecia um conjunto de deveres, inerentes ao cargo, que os professores deveriam cumprir:

I – Manter a escola em estado constante de asseio e ordem;

II – Apresentar-se para as classes á hora exacta determinada por este Regulamento, conservando-se n'ellas até que se tenham retirado todos os alumnos.

III – Participar aos conselhos escolares no interior, ao director geral na capital, qualquer impedimento que os iniba de funcionar e as occorrencias que por sua gravidade devam ser lavadas ao conhecimento d'aquellas auctoridades. (...).

VI – Escripturar com ordem e asseio e ter em dia o livro da matricula e demais livros escolares.

VIII – Cumprir escrupulosamente as disposições regulamentares sobre os programmas e distribuição do tempo dos trabalhos escolares (Pará, 1890, n.p).

O descumprimento dessas normas sujeitava os professores a punições como: “multa, admoestação, reprehensão verbal, reprehensão escripta, suspensão até quinze dias sem vencimentos, suspensão até tres mezes sem vencimentos, remoção da cadeira ou localidade, demissão” (Pará, 1890, Art. 144). Tal gradação nos ajuda a entender que o alvo da regulação não era somente o desempenho em sala de aula, uma vez que

[...] as normas de conduta disciplinadora dos professores não se applicavam apenas ao seu modo de ensinar, mas a tudo o que pudesse interferir na sua imagem de cidadão republicano. O artigo 3º do Regulamento Escolar do Ensino Primário de 1890 estabelece que “os professores, [deveriam] apresentar-se na escola decentemente vestidos, dando aos seus alumnos pela correcção e accio de seu traje e porte uma lição moral. É-lhes prohibido apresentarem-se em chinellos” (Pará, 1890).

Como vimos, o documento estabelecia diversas regras de comportamento para os docentes, desde o vestuário até as questões de pontualidade e assiduidade. Segundo Pantoja e Damasceno (2018), também era vedado a eles fumar e ocupar-se de “assuntos estranhos” à escola, principalmente os de natureza política ou religiosa.

Essa vigilância sobre a moral e os costumes tinha como objetivo assegurar o prestígio da instrução pública; apesar disso, inspetores e autoridades frequentemente se deparavam com comportamentos que subvertiam as expectativas do Estado. Relatórios da época revelam um descompasso entre o ideal de “sacerdote do ensino” e a atuação real.

[...] a par da plêiade de preceptores illustres e dedicados, de moços dignos de nossa admiração, existem outros que, sendo bastante para lamentar, não correspondem á grandeza de sua missão, uns pela falta do necessario preparo intellectual e pedagogico, outros por sua reconhecida negligencia e pouco amor à profissão. (Sant’anna, 1894b, p. 35).

Ao lamentar a falta de “amor à profissão” e o escasso preparo pedagógico de parte do corpo docente, Sant’Anna sinaliza que a missão do ensino exigia certo grau de “sacrifício” daqueles que escolhiam essa nobre missão. Tais dificuldades eram acentuadas pelas carências estruturais da sociedade paraense do final do século XIX.

No que se refere ao papel atribuído às mulheres na República, Amanajás delimita com precisão o lugar que elas deveriam ocupar

[...] apesar de não ser chamada ao exercício dos direitos políticos, tem deveres sacratíssimos para com a sua patria. É na athmosphera serena do lar, no seio da familia, que ella deve especialmente desobrigar se desse nobilissimo dever, porque ahi a sua acção benefica e salutar se exerce mais facilmente e se augmenta com o carinho, inspirado pelo amor. Também no magisterio, em que é sem duvida superior ao homem, quando se trata de ensinar creanças, tem ella ensejo, ou antes, tem obrigação imperiosa de cumprir esse dever, que ainda mais a engrandece (Amanajás, 1898, p. 110).

A argumentação de Amanajás reflete as questões de gênero predominantes no Pará republicano, que restringiam a atuação feminina ao espaço doméstico ou ao magistério primário, interpretado como uma extensão do lar. Ao afirmar a superioridade da mulher no ensino de crianças, Amanajás não propõe uma emancipação profissional, mas a transferência das “virtudes naturais”, como o carinho e o amor materno, para a esfera pública. O magistério, portanto, era apresentado como um “dever sagrado” que, embora engrandecesse a mulher, mantinha-a sob o domínio moral de uma cidadania passiva, focada na manutenção dos papéis sociais e na moralidade das futuras gerações.

Neste contexto, o magistério primário se mostrou como a forma mais significativa de inserção da mulher na docência, em consonância com a naturalização do lugar feminino na educação de crianças, consolidando a ideia de que a docência nas séries iniciais “necessitava de doçura e afabilidade, que eram características ‘próprias’ da mulher” (Damasceno et al., 2018, p. 581), ao mesmo tempo em que a escola primária era concebida como extensão do lar, reforçando a noção de que, “já sendo a responsável pela

educação dos filhos, [a mulher] seria a pessoa ideal para ensinar as demais crianças” (Damasceno et al., 2018, p. 581).

Não obstante essas representações tradicionalistas persistam, e “ainda carreguem um olhar tradicionalista a respeito da mulher e sua participação na sociedade, dando-lhe atribuições, impondo regras a serem seguidas, colocando-as em um lugar de cuidado e fragilidade” (Souza et al., 2023, p. 598), o cenário contemporâneo também evidencia processos de ressignificação desse lugar. O engajamento de professoras em debates, associações e movimentos mostra que, embora situadas em um lugar historicamente ligado ao cuidado e à domesticidade, elas têm questionado esses limites e reivindicado reconhecimento profissional e político para além do estereótipo da “vocaçãõ natural” feminina para o magistério.

Naquele contexto, o inspetor escolar era uma espécie de garantidor da ordem e do pleno funcionamento da instrução pública daquele período, na medida em que não seria proveitoso, para o sistema em vigor, que o professor se comportasse de maneira livre e desimpedida. Essa lógica se expressa no Regulamento de Instrução Pública de 1899, que estabelecia vinte e duas atribuições relacionadas ao inspetor, das quais ao menos dez lhe conferiam poderes significativos sobre o trabalho do professor e sobre o desenvolvimento das atividades escolares.

1. Visitar ao menos uma vez por semestre cada uma das escolas da circumscripção, fazendo lavrar um termo especial de sua visita, no qual deixará consignado tudo que lhe parecer digno de louvor ou de censura.

2. Instruir os professores sobre o cumprimento dos seus deveres, resolvendo as duvidas que por aquelles lhe forem propostas. (Pará, 1899).

Como vimos, especialmente na passagem do século XIX para o XX, o professor era idealizado como peça-chave para a construção da nova sociedade republicana, sendo visto como um “sacerdote” da educação e como responsável pela formação do cidadão, com um papel fundamental na difusão dos valores cívicos e morais. Contudo, essa imagem simbólica positiva contrastava com a realidade da profissão, que sofria com baixos salários, precariedade nas condições de trabalho e limitado prestígio social.

Essa contradição se refletia, também, na imprensa educacional e nas representações sociais do período, que, ao mesmo tempo em que exaltavam a profissão docente como essencial e louvável, também a retratavam como uma carreira pouco atraente e cujos profissionais eram, muitas vezes, culpabilizados pelo fracasso do sistema escolar.

As investigações históricas nos permitem construir inferências acerca da realidade do trabalho docente, expressa em manifestações a respeito da formação insuficiente e do pouco ou nenhum preparo, em contraste com a exigência de zelo, inteligência e merecimento.

Observa-se, também, a condenação à “negligência” e ao “pouco amor” à profissão, bem como a imposição da urbanidade, bonomia, brandura e moral. Soma-se a isso a afirmação da “superioridade” da mulher no que tange ao trato com crianças, acompanhada do lamento à baixa quantidade de homens no magistério. Todo esse conjunto era reforçado por uma inspeção avaliadora de idoneidade e austeridade, classificatória por louvores ou censuras, inclusive articulada a uma política de punições.

Como vimos, ao investigar a história da educação paraense, constatamos que a trajetória docente tem sido marcada, desde suas origens, pela desvalorização social da profissão, acompanhada, ao mesmo tempo, pela exigência, por parte da sociedade, de que o docente exerça a sua atividade com extrema — e às vezes impraticável — dedicação.

Assim, em que pesem o contexto e a historicidade, a identidade profissional docente ora se encontra ancorada em um passado vocacional e missionário, ora se reconhece como ofício e ora se dobra à profissão, carregada dos resquícios neoliberalistas (Lefone, 2016 *apud* Penteadó; Souza Neto, 2019, p. 148).

Sob essa perspectiva, podemos considerar que a identidade docente não se configura como um conceito abstrato, mas um campo de disputas no qual os resquícios do passado acabam por moldar as práticas do presente. Por isso, para situarmos o debate sobre os problemas que envolvem o mal-estar, o sofrimento e adoecimento dos professores na atualidade é preciso considerar o

[...] âmbito da cultura profissional docente, levando em conta as implicações nos processos de formação, socialização profissional e desenvolvimento profissional docente, com desdobramentos no movimento de profissionalização (Penteadó; Souza Neto, 2019, p. 149).

Sob essa ótica, Maués (2014) enfatiza a urgência de formar professores que se percebam “como cidadãos livres, críticos, ativos, engajados e abertos ao mundo, que possam

contribuir com a construção de uma nova configuração de sociedade, mais justa, democrática, igualitária e solidária” (Maués, 2014 *apud* Penteadó; Souza Neto, 2019, p. 150). Tal propósito exige a oferta de uma base de conhecimentos sólida, capaz de assegurar o respeito à dignidade humana e profissional desses sujeitos, possibilitando que ocorra um rompimento com a histórica lógica de desvalorização que aqui tratamos.

Por fim, a articulação entre os apontamentos históricos e a realidade atual nos possibilita visualizar a continuidade inquietante na precarização do magistério. O cenário contemporâneo impõe ao docente uma sobrecarga que vai além da sala de aula, unindo a histórica defasagem salarial a uma crescente pressão por resultados. Assim, a desvalorização salarial e as péssimas condições de trabalho, somadas à manutenção de mecanismos de controle históricos, revelam que a profissão docente ainda enfrenta o desafio de superar uma herança que coloca o professor mais como um funcionário a ser vigiado do que como um intelectual que deve ser valorizado.

ARTICULAR A PESQUISA EM HISTÓRIA, GESTÃO E POLÍTICA EDUCACIONAIS

Ao recuperar, pela via da História da Educação, os mecanismos de controle, disciplinarização e responsabilização que incidiram sobre o trabalho docente desde o período imperial e republicano paraense, este capítulo reafirma que o adoecimento dos professores não pode ser compreendido como problema individual ou circunstancial, mas como expressão histórica de um projeto educacional marcado por contradições estruturais.

Nesse sentido, o diálogo com o campo da História da Educação permite evidenciar que as atuais formas de gestão educacional, orientadas por lógicas gerencialistas, meritocráticas e de responsabilização, reatualizam práticas históricas de vigilância e desvalorização da docência, agora legitimadas pelo discurso da eficiência e da qualidade.

Assim, ao articular a pesquisa em História com a área da gestão e da política educacionais, defendemos a centralidade da investigação histórica como instrumento crítico para desvelar continuidades, rupturas e permanências na educação em seus diferentes níveis, contribuindo para a formulação de projetos contra hegemônicos que reconheçam o professor como sujeito histórico, intelectual e político.

Desta forma, ratificamos o compromisso da pesquisa histórica com a crítica às formas contemporâneas de precarização do trabalho docente e com a construção de políticas educacionais comprometidas com a valorização profissional, a dignidade do trabalho e a efetivação de uma educação pública, democrática e socialmente referenciada na justiça social.

REFERÊNCIAS

AMANAJÁS, Hygino. **Noções de educação cívica**. Belém. Typographia do Diario Official, 1898

ARAÚJO, T. M. de; Pinho, P. de S.; & Masson, M. L. V. (2019). Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, 35, 1-14.

CORTEZ, P. A.; Souza, M. V. R. de; AMARAL, L. O.; Silva, L. C. A. da. (2017). A saúde docente no trabalho:

apontamentos a partir da literatura recente. **Cadernos Saúde Coletiva**, 25, 113-122.

DOURADO, Viviane Bezerra. Diretrizes disciplinares para um sacerdote do ensino: a disciplinarização do trabalho docente nos regulamentos de ensino do Pará Republicano (1890-1896). Dissertação (Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica) – Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

DAMASCENO, Alberto et al. A mulher como professora primária: um desafio profissional na Primeira República. **Retratos da Escola**, v. 12, n. 24, p. 569-584, 2018.

DAMASCENO, Alberto; Pantoja, Suellem. Controle e fiscalização do ensino no Pará: a inspeção escolar no início do século XX. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 20, 2020.

DOURADO, Luiz Fernandes; Oliveira, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Caderno Cedes**. Campinas-SP. vol. 29, n. 78, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>

GASPARINI, S. M., Barreto, S. M., & Assunção, A. Á. (2005). O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e pesquisa**, 31, 189-199.

PARÁ. (1838). **Discurso** com que o presidente da Província do Para fez a abertura da 1º Sessão da Assembleia Provincial do Para, em 2 de março de 1838. Belém, PA: Typographia. Restaurada de Santos.

PARÁ. Regulamento escolar, programmas, horario e instruções pedagógicas. Belém: [s. n.]. 1890.

PANTOJA, S. M; Damasceno, A. (2018). O professor na primeira república no Pará: notas sobre seu papel e função na relação família x escola. **Revista Exitus**, 8(3), 199–223.

PENTEADO, Regina Zanella; Souza Neto, Samuel de. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas

do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saúde e sociedade**, v. 28, p. 135-153, 2019.

RIBEIRO, Marcus; Damasceno, Alberto; ALMEIDA, Karla de Nazareth Corrêa de. A criação do Conselho Superior de Instrução Pública do Pará (1864): controlar para hegemonizar. **Revista Brasileira de História da Educação**, 26, e401.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Entrevista** concedida por Dermeval Saviani a Helena de Sousa Freitas. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/dermeval/texto2001-7.html#:~:text=Liter%C3%A1rio%20%2D%20O%20Professor%20Dermeval%20Saviani,que%20fa%C3%A7a%20pensar%20os%20alunos>.

SOUZA, Ana Paula Cunha et al. Participação feminina no Congresso Pedagógico do Pará (1900-1901). **Retratos da Escola**, v. 17, n. 38, 2023.